

A LIBERDADE NO ENSINO DE FILOSOFIA: ENTRE A FORMAÇÃO CRÍTICA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

THE FREEDOM IN PHILOSOPHY TEACHING: A CENTRAL ELEMENT FOR A CRITICAL, ETHICAL AND POLITICAL TRAINING IN CONTEMPORARY EDUCATION

Autor(a): Viviane Sueli Paixão da Silva
vivianesueli@hotmail.com

Resumo

O presente artigo se propõe a discutir a questão da liberdade no ensino de Filosofia como elemento central para uma formação crítica, comprometida de forma ética e política na educação contemporânea. Parte-se da ideia de que o ensino de filosofia não pode se tratar de uma mera transmissão de conteúdos, mas deve ser um espaço de problematização da realidade, desenvolvimento de um pensar autônomo e, principalmente, do desenvolvimento de consciência crítica. O presente estudo é realizado a partir de uma revisão bibliográfica, alicerçada em autores como Paulo Freire (1996), Hannah Arendt (2016), Immanuel Kant (1985), Theodor Adorno (1995) e Edgar Morin (2000). Analisar-se-á a relação entre liberdade, pensamento crítico e prática pedagógica, evidenciando os desafios impostos pelas tendências curriculares de cunho tecnicistas, pelas tentativas de controle ideológico e evidenciados no Brasil, particularmente, pela polarização política e a inércia intelectual da sociedade contemporânea. Os resultados visam indicar que a liberdade no ensino de Filosofia não se trata apenas de uma ausência metodológica ou de um fazer por fazer, mas está diretamente ligado a necessidade de fomentar condições que favoreçam o diálogo, a pluralidade de ideias, o respeito ao diferente e especialmente à emancipação intelectual dos estudantes na busca pelo pensamento crítico. Conclui-se, portanto, que a Filosofia ocupa um papel essencial na defesa do estado democrático, na autonomia dos sujeitos e na construção de uma sociedade desenvolvida, tornando-se indispensável no contexto atual Brasileiro, marcado pela intolerância, superficialidade do conhecimento, polarização política e ausência de racionalidade crítica.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Liberdade; Pensamento Crítico; Educação.

Abstract

This article proposes to discuss the issue of freedom in the teaching of Philosophy as a central element for a critical education, ethically and politically committed to contemporary education. It stems from the idea that teaching philosophy cannot be a simple content delivery, but a space for questioning reality, developing autonomous thinking, and, above all, fostering critical consciousness. This study is based on a literature review grounded in authors as Paulo Freire (1996), Hannah Arendt (2016), Immanuel Kant (1985), Theodor Adorno (1995), and Edgar Morin (2000). The interplay between freedom, critical thinking, and pedagogical practice will be analyzed, highlighting the challenges imposed by technical-oriented curricular trends, attempts at ideological control, and evidenced in Brazil, particularly, by political polarization and the intellectual inertia of contemporary society. The results aim to indicate that freedom in philosophy teaching is not a methodological absence or action for action's sake, but is directly linked to the need to foster conditions that favor dialogue, the plurality of ideas, respect for differences, and especially the intellectual emancipation of students in the pursuit of critical thinking. It is concluded, therefore, that Philosophy plays an essential role in defending the democratic state, the autonomy of subjects, and the construction of a developed society, becoming indispensable in the current Brazilian context, which is marked by intolerance, superficiality of knowledge, political polarization, and a lack of critical rationality.

Keywords: Philosophy Teaching; Freedom; Critical Thinking; Education.

1 Introdução

A relação entre Filosofia e liberdade acompanha toda a tradição filosófica ocidental. Na antiguidade, Sócrates compreendeu o pensamento crítico como instrumento de libertação da ignorância. Por meio da Maiêutica, o autor estimulava seus interlocutores a questionarem seus próprios conceitos e a construir conhecimento a partir da investigação reflexiva, mediada pelo diálogo. Platão, na sua famosa alegoria da caverna, apresenta uma das mais significativas metáforas sobre libertação intelectual. Na passagem da escuridão para a luz, assim como na passagem da opinião (*doxa*) para a verdade, existe um processo de superação das aparências na busca pela verdade, assim, ele traduz a ideia de que a educação deve orientar o indivíduo para além das ilusões impostas pela sociedade.

Na modernidade, Immanuel Kant aprofundou a relação entre educação e autonomia. Em sua obra *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, frequentemente traduzido em português para: Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?, o filósofo define o esclarecimento como a saída do homem de sua menoridade intelectual, que significa, segundo Kant (1985), a incapacidade de pensar por si mesmo. Essa incapacidade levaria o homem a uma espécie de submissão às ideias impostas. Nesse contexto, a educação filosófica deve favorecer o uso da razão, levando o homem a agir de forma autônoma.

John Dewey (1979) estabelece uma correlação entre educação, democracia e liberdade. Para o autor, o ambiente escolar deve estimular experiências reflexivas e a participação ativa dos estudantes. Essa correlação também vai ser encontrada em diversos autores do XX como Theodor Adorno (1995). Para ele, a educação deve impedir o retorno de tempos de barbárie e promover sujeitos capazes de resistir às formas de dominação autoritárias que insistem em ressurgir de tempos em tempos. A educação filosófica, portanto, não apenas é uma forma de pensar crítico, mas uma forma de agir racionalmente no mundo, impedindo que se concretizem políticas que levem a novos estados de exceção.

Nesse mesmo sentido, Hannah Arendt (2016), ao refletir sobre a crise da educação e a responsabilidade das instituições escolares, nos mostra que a educação não é uma transmissão mecânica de conteúdos, mas que ela precisa ensinar o aluno a pensar por si mesmo, a questionar as regras do mundo e a julgar o que é certo ou errado individualmente, em vez de terceirizar sua moral para o Estado ou para líderes políticos. Portanto, educar, em Filosofia, é preparar o indivíduo para assumir a responsabilidade pelo espaço público, formando cidadãos conscientes de que suas ações (e suas omissões) moldam a sociedade, impedindo que a banalidade do mal seja parte do cotidiano.

No Século XXI, Edgar Morin (2000) nos leva a discutir como a pedagogia contemporânea está fragmentada, impedindo uma visão mais holística e integrada do conhecimento. Para o autor, há a necessidade de articulação dos diferentes saberes, a fim de

compreender os problemas de maneira crítica e contextualizada, já que os problemas do século XXI são globais, interdependentes e complexos. Dividir o conhecimento em disciplinas isoladas é um dos erros da escola contemporânea. Nesse sentido, a Filosofia deve buscar conversar com as demais disciplinas, a fim de produzir uma percepção global dos problemas que nos cercam.

No campo educacional brasileiro, Paulo Freire contribui para a compreensão de uma prática pedagógica voltada para a emancipação e autonomia dos sujeitos. Em sua obra, ele defende que o objetivo da educação é transformar o estudante em um sujeito ativo, crítico e capaz de decidir por si mesmo. Ensinar, portanto, não é apenas depositar conhecimento, mas instigar a curiosidade epistemológica do aluno. Nesse contexto, o ensino de Filosofia aproxima-se de uma educação reflexiva, baseada na problematização da realidade de cada aluno para a construção de um conhecimento voltado para a prática cidadã.

A partir desses pressupostos é possível dizer que a Filosofia, no âmbito educacional, se conecta diretamente com o conceito de liberdade, primeiro enquanto incentivo a reflexão, a posteriori como busca pela superação de verdades impostas, fazendo com o indivíduo desenvolva maior autonomia do pensar.

O que motiva este trabalho é entender que, discutir sobre liberdade no ensino de filosofia é uma pauta extremamente relevante, especialmente se levarmos em consideração, as profundas transformações sociais, políticas e culturais das últimas décadas. A conexão da filosofia com temas críticos, frequentemente a associa a ideia de transgressão e ruptura de estruturas impostas, por conta disto, ela foi, ao longo do tempo, alvo de disputas ideológicas, censuras e tentativas de instrumentalização. Na sociedade contemporânea, marcada pela polarização política e pelo enfraquecimento do diálogo, o ensino da filosofia assume um papel ainda mais decisivo, pois se torna o ponto de ruptura com uma formação conservadora, justamente por contribuir para a formação crítica e autonomia dos sujeitos.

Podemos influir, nesse sentido, que a discussão sobre a liberdade no ensino de Filosofia implica refletir sobre os limites e possibilidades da atuação docente, sobre o papel da escola na formação cidadã e sobre os desafios impostos pelos currículos, comumente permeados de formação neoliberal. Assim, no cenário contemporâneo, é muito comum perceber que a educação é orientada pelas demandas do mercado de trabalho, reduzindo a formação humana a competências tecnicistas, o que acaba por enfraquecer os espaços de reflexão.

Outra questão importante a ser levantada está relacionada à neutralidade pedagógica e autonomia docente. A função da Filosofia é estimular o questionamento e a reflexão crítica, isso faz com que ela se torne frequentemente alvo de debates acerca dos limites da atuação docente e da liberdade de pensamento no ambiente escolar. Nesse sentido, o professor de

Filosofia possui o importante papel de mediador do conhecimento, sendo esta mediação compreendida como ação ética e comprometida com a formação do estudante.

Assim, a liberdade no ensino de Filosofia não deve ser compreendida como ausência de orientação pedagógica ou relativismo absoluto, mas como construção de saber ético, a fim de orientar para a reflexão, o diálogo, a argumentação e o contato com diferentes perspectivas. A ideia de neutralidade absoluta no processo educativo portanto, é inconcebível, uma vez a prática pedagógica exige escolha de método, determinado por valores e concepções de mundos subjetivos. Entretanto, é importante entender que a ausência de neutralidade não significa eliminar o debate para a construção de um constructo ideal de pensar. Na filosofia, um ponto fundamental é a garantia da pluralidade de ideias e o respeito à diversidade de pensamento, favorecendo assim o diálogo, peça central da filosofia.

A justificativa para o tema reside no fato de que, a Filosofia, no processo de formação do estudante, é fundamental para o desenvolvimento de uma formação crítica dos estudantes. Em uma sociedade como a nossa, movida pela velocidade da informação, motivada pelo uso das redes sociais, é cada vez mais comum a polarização política e a superficialidade dos debates. Assim, diferente das disciplinas voltadas ao conteúdo técnico, a Filosofia trabalha conceitos, argumentos, problematizações e interpretações da realidade, estimulando a reflexão sobre questões éticas, sociais, políticas e existenciais.

Pensar a educação enquanto prática de liberdade, segundo Paulo Freire (1996), motiva os estudantes a “criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Essa perspectiva rompe com o que Freire vai denominar de “educação bancária”. Nesse modelo, os estudantes assumem posição passiva diante do conhecimento. Como contraponto, temos no ensino filosófico, o incentivo a participação do estudante na construção do saber. A partir do conhecimento da sua realidade, o estudante é impulsionado a desenvolver consciência crítica sobre o mundo em que vive.

Essa compreensão se aproxima das reflexões de John Dewey (1979), para ele a educação democrática deve estimular a investigação, a reflexão e a participação ativa dos estudantes nos processos de aprendizagem. Dewey considera que pensar criticamente não é apenas acumular informações, mas desenvolver a capacidade de analisar problemas, formular hipóteses e construir soluções racionalmente fundamentadas. Nesse sentido, o ensino de Filosofia favorece a formação de sujeitos capazes de participar conscientemente da vida democrática.

Immanuel Kant (1985), ao discutir o esclarecimento, afirma que a emancipação humana depende da coragem de utilizar a própria razão sem a tutela de outros. Sua célebre expressão *Sapere aude* (“ousar saber”) traduz a ideia de que a educação deve conduzir o indivíduo à autonomia intelectual. Assim, o ensino filosófico possui a função de formar de sujeitos capazes

de pensarem por si mesmos, questionando discursos prontos e estruturas de dominação. Seguindo essa linha de raciocínio, a formação crítica promovida pela Filosofia também dialoga com as reflexões de Hannah Arendt (2016) sobre educação. Ao afirmar que a crise da educação está relacionada à incapacidade de formar indivíduos capazes de julgar criticamente suas ações, Arendt ressignifica a ideia do educar como modo de romper com modelos alienação e burocratização. Educar passa a significar preparar as novas gerações para assumir responsabilidade pelo mundo.

Dessa forma, o ensino de Filosofia fortalece competências relacionadas ao pensamento crítico, à responsabilidade ética e à participação política. Theodor Adorno (1995) também reforça a perspectiva arendtiana ao defender que a educação deve atuar, especialmente, contra a barbárie e o autoritarismo. Após as experiências traumáticas do século XX, com a ascensão do nazismo, o filósofo compreende a formação crítica como condição indispensável para impedir a repetição de práticas desumanizadoras como as praticadas durante esse período histórico.

Nesse contexto, o ensino de Filosofia torna-se espaço privilegiado para o exercício da racionalidade crítica e da resistência às formas de manipulação ideológica. No século XXI, Edgar Morin (2000) amplia esse debate ao destacar a necessidade de superar a fragmentação do conhecimento. No mundo contemporâneo, os problemas são cada vez mais complexos e interdependentes, o que exige uma educação capaz de articular as diferentes áreas do saber, com objetivo de produzir no estudante uma perspectiva global do mundo, inserindo neles conhecimentos locais a fim de conectar as partes ao todo. Nesse sentido, a Filosofia contribui no processo de produção do conhecimento ao favorecer análises críticas multidimensionais da realidade, desenvolvendo a ética da relação entre o indivíduo e a sociedade, preparando o estudante para exercer a cidadania democrática e a responsabilidade global.

Por fim, Cerletti (2009), nos mostra que o ensino da Filosofia significa, antes de tudo, desenvolver a capacidade de argumentar, refletir, e em especial, duvidar. A aula de Filosofia não deve ser apenas repetição de teorias e conceitos, mas espaço vivo de investigação e problematização. Dessa forma, a formação crítica proporcionada pelo ensino filosófico contribui diretamente para o fortalecimento da cidadania, pois, ao entrar em contato com diferentes correntes de pensamento e perspectivas filosóficas, os estudantes ampliam sua compreensão sobre o mundo, aprendem a conviver com a diversidade e desenvolvem competências fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática, ética e reflexiva.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de fortalecer a reflexão acerca do papel da Filosofia na educação básica, sobretudo em tempos marcados pela disseminação de desinformação, polarização, intolerância e empobrecimento do debate. O objetivo, pois, do ensino da filosofia nas escolas, deixa de ser a mera transmissão de conteúdo para se tornar

um processo de contínuo questionamento daquilo que está ao nosso redor. Ensinar Filosofia significa, de modo geral, estimular a dúvida, a investigação e a construção autônoma do conhecimento.

É necessário entender que, o objetivo deste artigo é analisar a importância da liberdade no ensino de Filosofia e conseqüentemente da prática docente, destacando a contribuição da filosofia para a formação crítica dos estudantes, buscando compreender como a prática filosófica favorece o processo de emancipação intelectual e quais os principais obstáculos no âmbito educacional. Através do mapeamento do conceito de liberdade e autonomia intelectual na tradição filosófica por meio das contribuições de Sócrates, Platão, Kant, Dewey, Adorno, Arendt, Morin, Freire e Cerletti, sermos capazes de identificar os principais obstáculos políticos, ideológicos e mercadológicos (neoliberais) enfrentados pela atuação docente no ensino de Filosofia contemporâneo. Fundamental, portanto, problematizar o debate sobre a neutralidade pedagógica e a autonomia docente no ambiente escolar, defendendo a garantia da pluralidade de ideias como uma forma de demonstrar como o ensino reflexivo da Filosofia atua como contraponto à “educação bancária”, combatendo o empobrecimento do debate, a polarização e a desinformação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros e artigos científicos. Portanto, para respaldar e detalhar as discussões propostas é importante que se apresente o eixo teórico e a literatura que abarca as questões propostas, a fim de subsidiar essa compreensão.

O referencial teórico é constituído de obras clássica e contemporâneas sobre Educação e Filosofia, especialmente focado em autores que discutem questões relacionadas a autonomia, emancipação e formação crítica. Para Severino (2007) a pesquisa bibliográfica utiliza-se de dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

A metodologia do presente estudo é qualitativa, pois esta demonstra centralidade na investigação em Ciências Sociais e Humanas, e nas Ciências da Educação, em particular. A pesquisa qualitativa se insere no contexto da pesquisa educacional e evidencia os estudos de caráter etnográfico com os estudiosos Ludke; André (1986), como alternativa para a consecução de investigações que deem conta dos significados que circulam nas escolas.

As principais referências teóricas utilizadas foram Paulo Freire (1996), Hannah Arendt (2016), Immanuel Kant (1985) e Theodor Adorno (1995) e Edgar Morin (2000), autores considerados fundamentais para entender o processo de emancipação social e política dos sujeitos pode ser desenvolvido na educação através do pensamento crítico e da autonomia. Ao convergir as ideias destes autores, entendemos como ensinar é mais que mera transmissão de conteúdos, mas um compromisso ético-político, sendo esta ideia a base da práxis pedagógica.

O processo de desenvolvimento da metodologia foi dividido em três etapas: levantamento, seleção e análise das fontes. Na primeira etapa destacou-se o levantamento bibliográfico tendo como fonte de pesquisa palavras-chave fundamentais para a construção do objeto como Educação, Filosofia, autonomia, pensamento crítico e liberdade. A partir destas palavras-chaves, em um segundo momento buscou-se autores que tratam da temática apresentada, dentro do contexto da pesquisa, sendo realizada uma seleção criteriosa dos principais textos destes pensadores.

A análise crítica da bibliografia dos autores estudados constitui a terceira e última etapa. O propósito geral é a identificação de observações relevantes, as convergências e divergências entre as teorias propostas. Nesse contexto apresentam-se reflexões sobre as principais problemáticas apresentadas no ensino da filosofia hoje no Brasil, além da análise de possíveis soluções para as questões que foram aventadas nesta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica permitiu identificar que a liberdade constitui elemento indispensável ao ensino de Filosofia. Os autores estudados nos permitem dizer que há uma convergência clara na compreensão de que a prática filosófica exige condições favoráveis ao questionamento, ao diálogo e à construção autônoma do pensamento.

Nesse sentido, discutir liberdade no ensino de Filosofia remete diretamente a falarmos sobre a questão autonomia docente e sobre as condições necessárias para o desenvolvimento de práticas pedagógicas do fazer filosófico. Aqui é importante entender o papel do professor de Filosofia no papel de mediador do conhecimento, mediação fomentada pelo incentivo ao questionamento na busca da autonomia intelectual dos estudantes.

Além disso podemos inferir que a liberdade docente é condição essencial para o exercício do ensinar, especialmente no campo filosófico. O excesso de controle, as tentativas de censuras ideológicas e modelos pedagógicos focados estritamente em modelos tecnicistas são empecilhos que encontramos nas salas de aula, que limitam a filosofia, dificultando o desenvolvimento de práticas reflexivas e dialógicas.

Outro resultado importante refere-se à relação entre Filosofia e emancipação humana. O princípio básico da Filosofia é a superação do senso comum em detrimento ao saber racional,

pois somente este é capaz de ampliar a capacidade de reflexão sobre problemas sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, a Filosofia desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, pois ao desenvolver o senso crítico, a argumentação racional e a consciência ética, que são pilares para uma vivência política participativa, os estudantes se tornam capazes de agir com cidadania.

Historicamente, a filosofia sempre representou um instrumento de resistência frente as formas de manipulação e alienação. Em sociedades marcadas pelo excesso de informações e pela circulação de discursos reducionistas, fortemente estimulados pela polarização política, como o cenário contemporâneo, a Filosofia aparece em posição de destaque frente a outras disciplinas, pois sendo seu objeto de ação a análise reflexiva e raciocínio lógico, ela fortalece a autonomia intelectual, favorece o respeito à pluralidade, o debate argumentativo e a convivência com diferentes perspectivas.

Entretanto, obstáculos também são verificados quando falamos do ensino filosófico no contexto contemporâneo. Entre eles destacam-se:

- A desvalorização das humanidades;
- A redução da educação a interesses mercadológicos;
- O avanço de discursos anticientíficos;
- A intolerância política e cultural;
- A precarização das condições de trabalho docente;
- A superficialidade promovida pela cultura digital.

Esses fatores dificultam a construção dos espaços democráticos da escola, impactando diretamente a formação cidadã do estudante. Diante desse cenário, compreende-se que os desafios enfrentados pelo ensino de Filosofia não está centralizado no currículo escolar, mas alcança todas as dimensões da práxis humana: política, cultura e sociedade. Nesse contexto, fortalecer o ensino da Filosofia não é apenas defender o estudo de humanidades, mas assumir um compromisso com a construção de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade, resistir a discursos autoritários e participar de forma consciente da vida em sociedade.

Os resultados obtidos nos fazem compreender que a liberdade no ensino de Filosofia ultrapassa a ideia de uma autonomia individual, articulando dimensões políticas, éticas e pedagógicas. Assim, para que as experiências dos estudantes sejam efetivas, é necessário superar o modelo utilitarista que fragmenta o saber em competências puramente tecnicistas voltadas ao mercado de trabalho. Como pontua Edgar Morin (2000), a separação rígida das áreas do conhecimento impede que se compreenda a interdependência dos fenômenos globais (MORIN, 2000 p. 3, 5).

A Filosofia, portanto, contribui para integrar saberes complexos, oferecendo ferramentas para uma leitura crítica da cultura digital e fomentando o respeito à pluralidade e à diversidade

de perspectivas. Para Cerletti (2009), ensinar Filosofia consiste em possibilitar aos estudantes experiências de pensamento capazes de romper com formas de alienação, conformismo e reprodução acrítica da realidade contemporânea.

A base para a transformação pedagógica do ensino da Filosofia encontra respaldo em Paulo Freire, ao postular que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 25). Sob essa ótica, o ensino da Filosofia rejeita o modelo de “educação bancária”, aqui reinterpretada como uma educação neoliberal, se consolidando como uma prática focada no diálogo, onde o estudante assume papel ativo e desenvolve sua curiosidade epistemológica diante das problemáticas do mundo real.

Essa busca pela emancipação intelectual do estudante dialoga de forma direta com a proposta de Immanuel Kant (1985). Para o filósofo alemão, a “menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (KANT 1985, p. 100). O ensino filosófico atua precisamente como um catalisador do lema kantiano “*Sapere aude!* Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento” (KANT 1985, p. 100), impulsionando o sujeito a romper com dogmatismos e discursos prontos impostos pela sociedade contemporânea.

No âmbito da esfera pública e da formação cidadã, Hannah Arendt traz o conceito de responsabilidade ética e política da educação. A autora pontua de forma definitiva que “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (ARENDT 2016, p. 247). No atual cenário brasileiro, marcado pela desinformação, polarização e fragilização do debate público, a Filosofia passa a ser vital para o exercício cidadão, na construção do sujeito ético e comprometido com o processo democrático.

Ademais, a ideia do comprometimento ético do estudante é fundamental e urgente, pois, segundo Theodor Adorno (1995), diante do avanço de discursos extremistas e da intolerância, a sala de aula deve atuar como um espaço vivo de resistência contra a barbárie, promovendo a autorreflexão e impedindo a consolidação de mecanismos de manipulação ideológica de massa. Para ele, “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995, p. 119).

Por fim, entendemos que a liberdade no ensino de Filosofia não deve ser confundida com ausência de critérios pedagógicos ou como uma espécie de relativismo absoluto. Pelo contrário, ensinar filosofia exige compromisso ético, propondo uma formação crítica, comprometida com valores democráticos. Hannah Arendt (2016) destaca que a crise da educação contemporânea está relacionada à dificuldade de preservar o diálogo e a reflexão crítica, o que torna ainda mais necessária a presença da Filosofia no ambiente escolar.

Dessa maneira, o ensino de Filosofia enfrenta o desafio de preservar espaços de reflexão crítica em uma sociedade marcada pelo imediatismo, pela polarização política e pela fragilização do debate público. Defender a liberdade docente e a presença da Filosofia na educação básica significa defender a formação de sujeitos capazes de pensar autonomamente, conviver com a diversidade e participar conscientemente da vida democrática.

Em suma, liberdade e a emancipação no ensino de Filosofia são imperativos éticos inegociáveis para a formação humana, especialmente no contexto contemporâneo. Ao articular a superação da fragmentação neoliberal com a busca de Paulo Freire pela autonomia, a Filosofia deixa de ser mera transmissão de conteúdos para se tornar um objeto catalisador, no contexto do esclarecimento kantiano. A postura crítica possibilita o rompimento com a menoridade intelectual, possibilitando, como determina Hannah Arendt, a corresponsabilidade democrática em um mundo fragmentado por discursos de polarizadores e de ódio. Portanto, longe de ser um saber abstrato, a Filosofia se consolida como práxis da cidadania, constituindo a escola como espaço de resistência ao fomentar a reflexão e a democracia, atendendo a urgência de Adorno de blindar as novas gerações contra a barbárie e a alienação sistêmica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Filosofia desempenha papel fundamental na educação, favorecendo a construção do pensamento crítico, da argumentação racional e da consciência cidadã. Mais do que transmitir conteúdos, a Filosofia busca estimular a capacidade de questionar, interpretar e compreender a realidade de forma crítica. Desta forma, a liberdade no ensino de Filosofia constitui elemento indispensável à formação crítica dos sujeitos. Ao longo deste estudo, verificou-se a dependência de espaços comprometidos com o diálogo, reflexão, autonomia e democracia para a constituição da prática filosófica.

Os desafios contemporâneos explicitados ao longo do estudo, evidenciam a necessidade de fortalecimento do ensino de Filosofia. Em contextos marcados pela intolerância, polarização e pela fragilização do debate público, a Filosofia torna-se instrumento de resistência e fortalecimento democrático. É imperativo que os espaços educacionais favoreçam as condições necessárias ao pleno desenvolvimento do estudante, pensando em uma educação integral, voltada a emancipação dos sujeitos e a representatividade cidadã, pontos-chaves do ensino de filosofia.

Conclui-se, pois, que a liberdade no ensino de Filosofia não representa ausência de limites ou relativismo absoluto, mas compromisso pedagógico com a emancipação humana e a pluralidade de ideias. A atuação docente deve estar orientada pela promoção do pensamento autônomo e pela valorização do diálogo crítico. Assim, defender a liberdade no ensino de

Filosofia significa defender a própria possibilidade de construção de uma sociedade democrática, reflexiva e humanizada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pesquisadores e educadores que contribuem diariamente para o fortalecimento da Filosofia e consequentemente da educação crítica em um contexto tão complexo quanto o brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. 4. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985.
- LUDKE, Menga; André, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.